

PALESTRA REALIZADA NA SEMANA DE CURSOS DA FACCAMP A TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS



No dia 26/09/2014, num dos espaços reservado à realização da Semana de Cursos da Faculdade Campo Limpo Paulista, foi realizada uma Palestra com o tema “**A TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS**” pela **Prof^a. Ma. Aline de Alcântara**

Valentini que é doutoranda e Mestre em Educação pela PUC-SP na área de História, Política e Sociedade; Pesquisadora do Programa de Educação Escolar Indígena (MEC/SEAD) e Assessora/Formadora do Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria Municipal de São Paulo.

A professora iniciou sua palestra comentando a Lei 11.645/08, e esclareceu que esta lei altera a Lei 10.639/03. Disse que ambas, em conjunto, alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino na história e cultura afro-brasileira e indígena.

Comentou que referidas leis são frutos da luta histórica de diversos movimentos sociais pela democratização da educação.

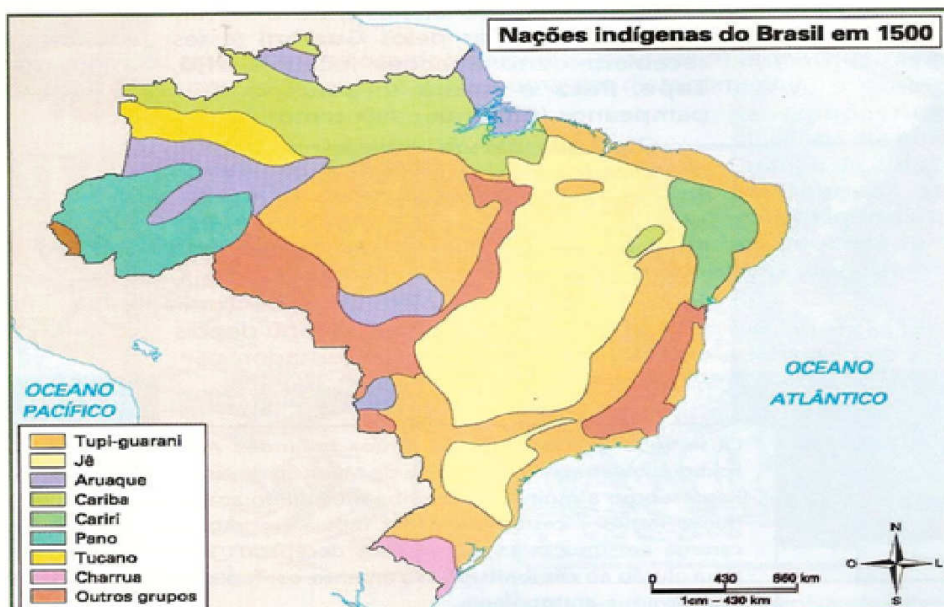


PALESTRANTE: Prof^a. Ma.Aline de Alcântara Valentini

E que mesmo após: cinco séculos, intensa miscigenação entre povos europeus, africanos e indígenas e uma série de mudanças sociais, ainda há, mesmo que veladamente, a propagação do padrão europeu/eurocêntrico. Esse, historicamente, é considerado/construído como superior aos indígenas e afrodescendentes, sendo que esses dois últimos povos continuam, mesmo que de forma dissimulada, a serem alvos de preconceitos e discriminação.

Segundo a palestrante, o espaço escolar, assim como outros espaços sociais, não está isento da visão discriminatória acerca dos índios e negros, sendo que muitas vezes a escola reproduz a visão de diferentes parcelas da sociedade.

Um dos pontos interessantes da palestra foi quando ela explicou a demografia dos povos indígenas do Brasil, comentando que em 1500 a estimativa da população indígena era em torno de 2 a 4 milhões de indivíduos.



Trouxe informações de que, segundo dados do IBGE em 2000, o censo contou aproximadamente 734.127 habitantes em todas as aldeias do Brasil, porém com as políticas governamentais no censo de 2010 foi registrado um crescimento desta população chegando a 817.963 habitantes.



Outro fato interessante comentado pela palestrante foi que mais de 50% dos grupos indígenas “contam com menos de quinhentos indivíduos e apenas oito possuem um contingente populacional superior a 10.000 indivíduos.” (MATOS, MONTE, p.70).

Comentou também que existe a concepção de que os indígenas são povos atrasados socialmente e em processo de extinção, porém na realidade frequentam escolas, universidades, são políticos, professores, advogados, médicos, etc.; ou seja, concluiu, em nada diferem de nós, inclusive na falta de políticas públicas, como saúde, educação de qualidade, terras, segurança e no caso dos indígenas ainda existe o agravante do preconceito e do silenciamento imposto.



Mostrou aos presentes às perspectivas e desafios das nações conforme elencados abaixo:

- A autonomia reivindicada pelos índios vem emergindo de sua crescente capacidade de dialogar e de posicionar-se diante dos múltiplos setores da

sociedade nacional responsáveis pela implementação de intervenções que os atingem diretamente.

- Dificuldade de gestão de múltiplos e contraditórios ‘projetos’ de assistência e/ou desenvolvimento, que lhes são oferecidos por um número crescente de agências. Muitos “projetos” ainda têm um caráter excessivamente imediatista e assistencialista
- No passado, foram intervenções desse tipo que predominaram em todas as áreas indígenas, criando demandas novas, sem a necessária reflexão a respeito da dependência que estavam gerando.
- Em muitas áreas, crescem vertiginosamente necessidades novas e problemas relacionados à conexão das diferentes comunidades à lógica do mercado. Principalmente entre os jovens, é patente o estímulo para a diversificação e ampliação de itens de consumo. A criação e o controle, por parte das comunidades, de alternativas adequadas para suprir tais necessidades depende de um lento processo de aprendizado, cheio de dificuldades.

Finalizou a palestra argumentando que por causa destes aspectos, devemos observar a importância da lei 11.645/08, pois ela possibilitará e já está possibilitando mudar o currículo escolar, capacitar profissionais e melhorar a produção científica a respeito dos indígenas.